



ESTADO DE ALAGOAS

LEI n. 2989 de 13 de JUNHO de 1969

Eleva valores de vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, cria e transforma cargos e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º - São elevados em 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1969, os atuais valores dos níveis e símbolos de vencimentos e gratificação de funções dos funcionários da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Art. 2º - Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas, os seguintes cargos, em Comissão:

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR NCR\$
1 (um) Diretor Geral	CTC-06	1.000,00
3 (três) Consultor Jurídico Administrativo	CTC-05	900,00
2 (dois) Contador	CTC-05	900,00
1 (um) Auditor	CTC-05	900,00
1 (um) Secretário da Presidência	CTC-03	600,00
1 (um) Assistente da Presidência	CTC-02	500,00

Art. 3º - Fica transformado, em Comissão, o cargo de Auditor contratado, criado pelo art. 20 da Lei nº 2932, de 17 de setembro de 1968.

Art. 4º - A nomeação dos cargos de Auditor e Contador, de provimento em Comissão, criados por esta Lei, exige, para o exercício das respectivas funções, os requisitos capitulados na legislação federal específica.

Art. 5º - Os encargos decorrentes dêste Diploma legal serão atendidos pelas dotações próprias constantes do Orçamento para o corrente exercício.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO, em Maceió, 13 de JUNHO de 1969, 80ª da República.

Faço saber que o Governador do Estado de Alagoas sancionou a seguinte Lei

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Lei nº 1.366, de 1969, que dispõe sobre a criação de uma conta de "Superavit" financeiro variável, a ser mantida em 1969.

Art. 2º - A despesa com a execução desta Lei correrá à conta do "Superavit" financeiro variável, a ser mantida em 1969.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO, em Maceió, 13 de JUNHO de 1969, 80ª da República.